FOLHA DE S.PAULO
★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado em 08/07/2022 - 05:59

Lira adia votação da PEC dos gastos por falta de quórum

Plenário da Câmara na sessão que discutia a PEC que prevê benefícios a um custo estimado em R$ 41,25 bi Gabriela Biló/Folhapress

Em revés para Bolsonaro, Lira adia votação da PEC que amplia benefícios

Quórum baixo trazia risco de derrota; nova tentativa de aprovar texto será feita na terça (12)

Danielle Brant

BRASÍLIA Com risco de derrota, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), decidiu adiar a votação da PEC (proposta de emenda à Constituição) que autoriza o governo a criar um vale para caminhoneiros e taxistas, dobrar o valor do Auxílio Gás e ampliar o Auxílio Brasil para R$ 600 até o fim do ano, entre outros benefícios, a um custo estimado em R$ 41,25 bilhões.

Para isso, o texto institui um estado de emergência, permitindo que o presidente Jair Bolsonaro (PL) fure o teto de gastos e abra os cofres públicos sem esbarrar em restrições da lei eleitoral a três meses do pleito.

A postergação da votação da PEC é um revés para o Planalto, que tem pressa para começar a fazer os pagamentos dos benefícios, dada a proximidade da eleição. Bolsonaro está em segundo lugar nas pesquisas, atrás de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A decisão foi tomada após um requerimento de encerramento de discussão ser aprovado por 303 votos a 91 —para aprovar uma PEC, são necessários pelo menos 308 votos, em dois turnos. Ao encerrar a sessão, havia 427 deputados presentes, de acordo com Lira. Uma nova tentativa de votar o texto será feita na terça (12).

"Não vou arriscar nem essa PEC nem a próxima PEC com esse quórum na Câmara hoje, de 427", disse Lira.

O adiamento também é uma derrota para o presidente da Câmara, aliado de Bolsonaro. Para acelerar a votação, Lira abreviou a tramitação da proposta. Em vez de seguir o rito regimental de ter a admissibilidade analisada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) para, só então, ser encaminhado a uma comissão especial para análise do mérito, o texto foi apensado ao da PEC de biocombustíveis, que já tinha passado pela etapa inicial e estava em comissão especial.

Além disso, Lira articulou para que o texto fosse aprovado sem alteração em relação ao do Senado, a fim de que não precisasse passar por nova apreciação na Casa vizinha. O relator na comissão especial, Danilo Forte (União-CE), ainda ensaiou beneficiar outros segmentos na PEC, como motoristas de app, mas precisou recuar para não descumprir o acordo de que a proposta não sofresse mudanças.

Para que a PEC fosse apreciada em plenário nesta quinta, Lira marcou uma sessão para as 6h30 —que foi encerrada às 6h31. Com isso, terminou o prazo de duas sessões de vista coletiva —manobra da oposição para atrasar a tramitação.

A sessão também serviu para deputados registrarem presença —os que retornaram a seus estados puderam votar remotamente por meio do aplicativo Infoleg. Mesmo assim, não foi possível obter o quórum necessário.

Na comissão especial, o texto foi aprovado por 36 votos a 1 em uma sessão que durou seis horas e meia. No colegiado, o Novo, que se manifestou contra a proposta, foi o único partido a votar "não".

A PEC dos benefícios sociais foi apensada à PEC 15, que acrescenta uma garantia de situação tributária vantajosa para os combustíveis não poluentes ao artigo da Constituição que trata sobre o direito de todos os brasileiros a um ambiente ecologicamente equilibrado.

O texto não estabelece exatamente as alíquotas dos tributos que devem incidir sobre os biocombustíveis. Esses percentuais devem ser estabelecidos por meio de lei complementar.

A PEC que amplia benefícios sociais, por sua vez, tem custo total de R$ 41,25 bilhões —maior que os R$ 38,75 bilhões acertados originalmente.

A proposta prevê a ampliação temporária do Auxílio Brasil em R$ 200, levando o mínimo a R$ 600 até o fim do ano. O custo da medida é estimado em R$ 26 bilhões para concessão do benefício por cinco meses —de agosto a dezembro. O texto também autoriza o governo a zerar a fila do Auxílio Brasil. Para dobrar o valor do Auxílio Gás, o custo é de R$ 1,05 bilhão.

A proposta prevê auxílio financeiro de R$ 2 bilhões a taxistas, concedido entre 1º de julho e 31 de dezembro. A PEC também destina R$ 5,4 bilhões para a criação de um auxílio de R$ 1.000 a caminhoneiros autônomos com vigência entre 1º de julho e 31 de dezembro.

O texto aumenta em R$ 500 milhões a suplementação do programa Alimenta Brasil, que financia a aquisição de alimentos para doação a famílias de baixa renda. Há ainda R$ 2,5 bilhões em transferência para estados e municípios subsidiarem seus sistemas de transportes públicos.

A oposição critica a proposta —na comissão especial, no entanto, votou a favor. A ampliação de benefícios sociais é uma pauta de partidos de esquerda.

As medidas aprovadas no Senado

AUXÍLIO BRASIL
- Amplia o piso de R$ 400 para **R$ 600** até o fim do ano; 18,15 milhões de famílias já estão hoje no programa
- Zera a **fila de espera**; governo prevê que pode elevar público contemplado a 19,8 milhões de famílias

AUXÍLIO GÁS
Ampliar o valor para **R$ 120**, pagos a cada bimestre; em junho, 5,7 milhões de famílias receberam R$ 53, equivalente a 50% do preço médio do botijão de 13 kg

CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS
Cria um **auxílio de R$ 1.000**

IDOSOS
Autoriza repasse de **R$ 2,5 bilhões** para bancar **gratuidade** no transporte público urbano

ETANOL
Autoriza até **R$ 3,8 bilhões** em **subsídios**

TAXISTAS
Criar **auxílio** até o limite de **R$ 2 bilhões**

ALIMENTA BRASIL
Autoriza repasse extra de **R$ 500 milhões** para programa que financia a aquisição de alimentos de **agricultores familiares** para doação a **pessoas carentes**

Quais são os riscos eleitorais? A lei eleitoral proíbe a implementação de novos benefícios no ano de realização das eleições, para evitar o uso da máquina pública em favor de um dos candidatos. As únicas exceções são programas já em execução ou quando há calamidade pública ou estado de emergência

Qual é a solução do governo? Instituir um estado de emergência, regulamentado via PEC, permitindo a criação do novo benefício a caminhoneiros e a ampliação dos benefícios já existentes, mesmo sendo ano eleitoral

André Mendonça nega pedido para suspender tramitação

O ministro André Mendonça, do STF (Supremo Tribunal Federal), negou nesta quinta-feira (7) um pedido de liminar (decisão urgente) do deputado Nereu Crispim (PSD-RS) para suspender a tramitação da PEC (proposta de emenda à Constituição). Mendonça justificou que uma eventual apreciação da PEC pela Câmara não impede a sua posterior anulação, se for o caso, por violação do devido processo legislativo. Por isso, argumentou que não há motivo para conceder uma decisão urgente que impeça sua tramitação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Pagina:** 17

Copyright © Clipclap 2025.